

O AVESSO DE CARAJÁS

(PROJETO EM VIDEO)

Apresentação e justificativa

Concebidos em escala internacional, o Programa Polonoroeste e o Programa Grande Carajás - os chamados "grandes projetos" de desenvolvimento para a Amazônia - são financiados através de empréstimos tomados aos bancos multilaterais de desenvolvimento. De acordo com uma recomendação com força de lei do Congresso norte-americano - que busca orientar a política de aplicação dos empréstimos dos bancos - exigências voltadas para a "proteção" ao meio ambiente e às populações indígenas afetadas passaram a figurar como cláusulas nos contratos de financiamento firmados com o governo brasileiro.

Entretanto, são pouco discutidos e divulgados os impactos desses "grandes projetos" sobre as comunidades afetadas e permanece precária a eficácia das medidas exigidas pelos bancos. É preocupante o desnível entre a realidade da implantação acelerada dos projetos e as medidas pretendidas, que visam proteger as populações indígenas, o meio ambiente e outros usos da terra ou formas de ocupá-las.

A falta de conhecimento público e discussão ampla das políticas governamentais vêm caracterizando o procedimento dos dirigentes brasileiros; isto, sem considerar a falta de coordenação entre as políticas públicas e a ausência total de participação, nos processos decisórios, das populações afetadas diretamente pelos chamados "grandes projetos".

CARAJÁS e as "fábricas de poluição"

É ainda pouco divulgada a questão das usinas siderúrgicas que já começam a se instalar ao longo da Estrada de Ferro Carajás, eixo de uma extensa área - 10% do território brasileiro - do pouco conhecido Programa Grande Carajás (PGC) na Amazônia Oriental.

A preocupação com a questão do meio ambiente - que aponta para danos irreparáveis que ocorrerão na Amazônia - deve, a nosso ver, enfatizar igualmente os efeitos que essa industrialização acelerada, movida a carvão vegetal nativo, acarretará sobre as populações indígenas e camponesas do sul do Pará, norte do Goiás e Maranhão. É fato muito co-

nhecido, por sua vez, que as regiões onde serão implantadas essas usinas apresentam graves problemas fundiários, onde a violência caracteriza a disputa pela posse da terra.

Até o final de 1987, a Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás aprovou 71 projetos em dez polos industriais: São Luís, Rosário, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz, no Estado do Maranhão; Barcarena, Marabá, Parauapebas e Carajás no Pará e Araguaína no Estado de Goiás. Destacam-se os "macro-projetos" já instalados: ALBRÁS (ALUNORTE) no município de Barcarena (PA), Usina Hidrelétrica de Tucuruí (ELETRONORTE), Projeto Ferro-Carajás (Cia. Vale do Rio Doce) e ALUMAR (ALCOA) em São Luís (MA)..

Beneficiados pela política de incentivos fiscais, os projetos aprovados incluem a implantação de usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, fábricas de cimento, beneficiamento e industrialização de várias espécies vegetais, instalação de destilarias de etanol carburante e empreendimentos agro-pecuários voltados para a exportação. O complexo destas atividades industriais relega a um plano bastante inferior a pequena produção agrícola, que até então tem carregado as maiores divisas para a região.

Doze projetos serão implantados no Estado do Pará - municípios de Marabá e Parauapebas - sendo 2 (dois) de ferro-gusa e 6 (seis) de ferro-ligas, com investimentos superiores a 30 milhões de dólares e com prazos de implantação em torno de 18 meses. Além desses, os polos guseiros previstos compreendem também o município de Açailândia (MA), com 15 (quinze) projetos já aprovados e mais 10 (dez) em vias de aprovação (cf. Folha de São Paulo, 9/2/88). Os municípios e centenas de povoados vizinhos serão gravemente atingidos, uma vez que de pequenos produtores de alimentos serão transformados em áreas fornecedoras de carvão vegetal, matéria-prima para as usinas siderúrgicas - ou "fábricas de poluição" como dizem os moradores regionais (cf. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1983).

Ao final de 1987, a um raio de 50 km ao redor do distrito industrial de Marabá já existiam cerca de 400 fornos (caieiras) produzindo carvão vegetal, pois a previsão para início de operação da primeira usina (~~PRAMINAS~~ ^{COSIPAR}) é fevereiro de 1988.

O elenco de projetos previstos no âmbito do PGC deverá provocar um desmatamento regular em toda a região em proporções muito mais elevadas do que as atualmente atribuídas aos projetos agro-pecuários e madeireiros que assolam o sul do Pará. Com base numa estimativa de um hectare de floresta desmatada para cada 36 toneladas de ferro-gusa, estima-se a 13.000 ha/ano o desmatamento necessário para atender a meta de 472 toneladas/ano, no Distrito Industrial de Marabá. As previsões elevam-se a cerca de 100.000 ha/ano. Fala-se em reflorestamento por espécies homogêneas sem, no entanto, levar em consideração a experiência negativa do Projeto Jari, no baixo Amazonas, por exemplo.

Até mesmo empresários com interesses no Programa e setores do próprio governo vêm colocando em dúvida a viabilidade econômica a longo prazo, deste parque siderúrgico, principalmente no ritmo que vem sendo imposto. Afirmam eles que o desconhecimento sobre o manejo de florestas tropicais pode levar a um desastre ecológico sem precedentes.

A amplitude das transformações anunciadas no PGC compreende o deslocamento do centro das atividades econômicas regionais - baseado na coleta, na agricultura e no garimpo - para a indústria. O principal fator gerador de divisas para a região, tradicionalmente apoiado numa articulação entre agricultura e extrativismo, passaria ao complexo industrial por uma célere intervenção governamental. Do ponto de vista dos planejadores oficiais, a racionalidade econômica predominante omitiu a importância e o significado da presença, nessa área, de um número superior a 500 mil "posseiros" ou trabalhadores rurais sem-terra (cf. Conflitos de Terra, vol. I, CCA, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, fevereiro 1986) que se dedicam fundamentalmente às atividades de cultivo de arroz, milho e mandioca, com apoio exclusivo no traba-

lho familiar.

Essa camada camponesa, que foi se consolidando nos próprios meandros das frentes de expansão, a despeito de sua proeminência na vida regional, é completamente desconsiderada nos planos oficiais; quando muito, os trabalhadores rurais são considerados como "possíveis interessados" (cf. Plano Diretor do Corredor da Ferrovia de Carajás, SE-PGC/SEPLAN, 1986) na produção de carvão vegetal necessário às usinas siderúrgicas, ou seja, como mão-de-obra disponível e barata para os projetos industriais.¹

Acumulam-se as dúvidas quanto às repercussões sobre a estrutura agrária, sobre o meio ambiente e sobre uma rede urbana representada por uma constelação de pequenos aglomerados, resultantes do processo de ocupação das regiões de mata, castanhais e babaçuais pelos camponeses.

Os povos indígenas

É notório o fato de que os "impactos" causados pelo ritmo acelerado da industrialização na área do PGC atingem de imediato e de modo mais acentuado as populações indígenas que têm ali o seu habitat tradicional. A "necessidade" de obtenção de carvão vegetal para as usinas e a proximidade dos distritos industriais em relação aos territórios indígenas são agora uma ameaça crescente e real. Isto ao se considerar que é da integridade de seus territórios - últimas reservas de matas tropicais em toda a região - que os povos indígenas dependem para seu sustento (caça, pesca, coleta) e reprodução social, ou seja, enquanto sociedades diferenciadas.

Com a construção da Estrada de Ferro Carajás, iniciada em 1980, o governo brasileiro deu início à implantação do Projeto Ferro

¹Cf. "Assessoria aos movimentos sociais na área do Programa Grande Carajás", CEPASP, Marabá, 1987.

Carajás (instalações na mina, no porto e ferrovia, espinha dorsal do PGC). A "área de influência" considerada no Projeto Ferro estendia-se a 21 territórios indígenas e duas "frentes de atração" de grupos ainda isolados (Guajá, no Maranhão e Parakanã, no Pará).

Uma população de cerca de 13.000 índios, distribuída em 16 grupos distintos - Parakanã, Arara, Xikrĩn, Gavião-Parkatejê, Surui, Asurini, Apinajê, Gavião-Pukobjê, Kríkati, Canela, Guajá, Tenetehara (Guajajara), Timbira, Urubu-Kaapor e Tembê - está compreendida nessa área. Com graus diferenciados de contato e relações com a sociedade nacional, todos esses grupos vêm sendo afetados de modo drástico com o ritmo acelerado de implantação do PGC. A vulnerabilidade de invasão e desmatamento indiscriminados desses territórios indígenas ^{de} ~~crescente~~ ^{aumentar} com a "necessidade" de obtenção crescente de carvão vegetal nativo para as usinas siderúrgicas (cuja produção terá um destino certo, o mercado exterior).

É assim que, na ótica governamental, as regiões periféricas do Brasil têm seu crescimento econômico dado a partir da formação de uma base de exportação voltada para a exploração dos recursos naturais. Essa proposta, formulada no decorrer dos governos militares, tem se mostrado incapaz de favorecer soluções para os problemas econômicos e sociais dos segmentos mais pobres da população. As próprias políticas públicas adotadas nos últimos ciclos de expansão têm contribuído para o incremento das desigualdades sociais e para o aumento das diferenças de renda entre as áreas urbanas e rurais.

As políticas macro-econômicas de estabilização e crescimento são esboçadas fundamentalmente para atender uma solução dos chamados "problemas de interesse nacional" que impedem a exploração racional dos recursos naturais das diferentes regiões.

Assim, com as dificuldades surgidas no balanço de pagamentos, o país tem explorado, numa taxa indesejável, o seu potencial de recursos naturais renováveis e não-renováveis, como forma de contribuir para o crescimento acelerado de suas exportações.

No entanto, é necessário que no processo de desenvolvimento democrático o governo brasileiro defina com clareza uma política de recursos naturais com objetivos específicos que não sejam somente reflexos de interesses ligados às metas de crescimento global e setorial da economia.

É necessário também que haja transparência nas decisões do Governo em relação à política de incentivos fiscais, voltados para a exportação, até aqui fartamente distribuídos para a instalação dos polos guseiros na área do PGC.

Na verdade, é necessário que os programas de desenvolvimento sejam redimensionados a partir da perspectiva do planejamento regional, enfatizando o caráter social, até aqui omitido. A região amazônica não está vazia, como querem as justificativas desses "grandes projetos", o que leva à consideração de que a defesa do meio ambiente não pode se restringir apenas à ótica preservacionista. Não se trata de preservar a floresta tropical, mananciais e demais áreas ecologicamente frágeis, mas sobretudo, de garantir a interação das diversas populações humanas da Amazônia com o ambiente que habitam. Torna-se assim indispensável a participação das populações regionais - indígenas, camponesas, ribeirinhas - na definição mesma desses programas, tanto na sua formulação quanto na sua execução.

Assim, setores da sociedade civil brasileira, mobilizados em torno desta questão, apontam os equívocos e procuram exigir a desaceleração dos investimentos feitos nesses "grandes projetos", bem como a identificação de outras alternativas para o desenvolvimento econômico do país, que resguardem os modos de vida das populações que habitam efetivamente estes espaços.

Objetivos

O objetivo de nossa proposta de trabalho em vídeo - sistemas U-MATIC para divulgação em circuito amplone VHS - é acompanhar a instalação das indústrias siderúrgicas ao longo da Estrada de Ferro Carajás por um período de dois anos, a partir de 1988.

Tal como previsto, o funcionamento das usinas de ferro-gusa e ferro-ligas movidas a carvão vegetal nativo trará um impacto desarticulador sobre o modo de vida das populações indígenas e camponesas, habitantes tradicionais da região.

Os povos indígenas afetados na área do Programa Grande Carajás terão um enfoque especial neste trabalho, dada a própria atuação do Centro de Trabalho Indigenista durante os últimos dez anos na região, voltada para a assessoria a alguns grupos diretamente atingidos, (os Gavião-Parkatejê, os Suruí e os Apinajê).

As estratégias de enfrentamento desses grupos deverão ser fortalecidas sobretudo em relação ao controle sobre seus territórios. A vulnerabilidade de invasão e desmatamento indiscriminados crescerá com a "necessidade" de produção de carvão vegetal para as usinas, atividade projetada para transformar "posseiros" - pequenos produtores de alimentos - em um miserável exército de carvoeiros.

Quanto às consequências sobre o meio ambiente, o trabalho compreenderá ainda o registro da operação das guserias que levaram à destruição do vale do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais. O que começa a ocorrer agora na porção oriental da Amazônia é resultante da transferência desse mesmo parque industrial, dado o esgotamento dos solos nas redondezas (com os reflorestamentos), o custo da longa distância para obtenção de carvão e os conflitos de terra naquela região de Minas Gerais.

O registro simultâneo em sistema VHS permitirá veicular informações e subsidiar debates a nível local, junto às comunidades afetadas e através dos movimentos organizados da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores urbanos, etc. contribuindo assim com uma perspectiva crítica em relação ao descompasso desse processo que se impõe naquela região.

Abordagem

Para a veiculação das informações, será produzida uma série de vídeos abordando os 3 temas básicos de nossa proposta: 1) o problema indígena; 2) a situação fundiária e 3) o meio ambiente. Para a abordagem do tema 2 (situação fundiária e o problema camponês), contrataremos os serviços da antropóloga Maristela Andrade, pesquisadora do problema e que já mantém contato com a população camponesa afetada e seus sindicatos. Para o tema 3 (do meio ambiente), serão feitas entrevistas com especialistas ligados aos meios acadêmicos (engenheiros florestais e metalúrgicos) assim como aos engenheiros técnicos ligados à SEPLAN (Secretaria do Planejamento e gestora do projeto) para o confronto das opiniões. Será realizado ainda um vídeo sobre Meio Ambiente e guserias no Vale do Rio Doce (estado de Minas Gerais), onde serão levantados e mostrados os efeitos deste processo de industrialização sobre o meio ambiente e populações locais. Para o tema 1 (índios), como já foi dito, aproveitaremos a nossa experiência de 10 anos de ~~contato~~ trabalho com os grupos indígenas da região.